

INTRODUÇÃO

Una pedagogía autoritaria nunca puede educar una ciudadanía responsable y democrática; su finalidad es adoctrinar y enseñar a ser súbditos, personas sin autonomía, completamente sumisas y dependientes.

Santomé Torres¹

Face à emergência de novos ideais e à reformulação de valores, as sociedades democráticas contemporâneas confrontam-se com sérias dificuldades no âmbito das relações interpessoais, nomeadamente no que se refere ao exercício da autoridade, de um modo particular nas ditas profissões do humano, em que se inscreve a profissão docente, destacada pela responsabilidade educativa que lhe é inerente.

Todos sabemos quão difícil é, nos dias de hoje, para os educadores/professores cumprir o seu dever, face aos desafios democráticos que têm derrubado barreiras entre os indivíduos, designadamente, entre o adulto e a criança, cuja relação se reveste de certa vulnerabilidade, gerando-se uma situação de indefinição e falta de referências conducente a atitudes desajustadas e contraproducentes, e bem assim, à proliferação do «mau comportamento» dos educandos e à impotência dos docentes. A tarefa de educar implica o exercício da autoridade, cuja compatibilidade com as exigências democráticas se revela cada vez mais enigmática, sendo que, as relações de poder entre adultos e crianças têm a sua especificidade no contexto das transformações operadas na sociedade em geral.

Neste âmbito, e de um modo geral, é dado especial relevo às questões dos direitos do ser humano proclamados no decorrer do século XX, dos quais sublinhamos os direitos da criança que conferem à infância um estatuto específico, culminando com a Convenção de 1989.

Com efeito, a criança passa a ser sujeito de direitos-liberdade e direitos-protecção, não se apresentando, contudo, bem definidos os limites que devem nortear a atitude do adulto, permitindo que a acção educativa decline em dois extremos: o autoritarismo e o liberalismo. Duas atitudes radicais em nada favoráveis ao desenvolvimento do processo

¹ SANTOMÉ TORRES, Jurjo (2006). *La desmotivación del profesorado*. Madrid: Morata, p. 86.

educativo com correção e eficiência. Os resultados têm-se revelado desconcertantes e, de uma observação atenta aos contextos educativos actuais, ressalta a seguinte constatação: já não há autoridade! Por conseguinte, sem autoridade está posto em causa o destino da educação, sendo frequente ouvirmos lamentar a falta daquela. Contudo, assaltados pela dúvida, ocorre-nos perguntar: que conceito é que temos de autoridade e, concretamente, em que medida o seu exercício é decisivo para uma boa consecução do acto educativo? Quais são os valores das sociedades contemporâneas, e qual a correlação estabelecida com a autoridade?

A procura de respostas para estas questões, acaba por conduzir-nos à ideia de que vivemos uma crise de autoridade inscrita numa crise democrática que se prende com a articulação dos valores da igualdade e liberdade face às estruturas hierárquicas de poder, evidente em todos os quadrantes sociais. Sem dúvida que a questão dos direitos, particularmente aqueles que foram reconhecidos à infância, surge na base desta problemática, direitos esses que não poderemos negar, mas com os quais não encontramos formas de lidar, sobressaindo a ideia de que passamos da criança submissa à criança cidadã, e que, deste modo, nos foram retiradas condições para exercermos a autoridade e cumprirmos o dever educativo.

Portanto, perante a radicalização de uma proximidade entre os sujeitos, surge a indisciplina e conseqüentemente o autoritarismo, ou vice-versa, conduzindo ao liberalismo desmedido e aos comportamentos desajustados. Qual será, por conseguinte, a forma mais adequada de gerir esta situação? E, como será possível delimitar as relações igualitárias, de forma a estabelecer normas que, salvaguardando o respeito pela pessoa do outro, permitam a livre aceitação da autoridade? Por outro lado, como responsabilizaremos socialmente os indivíduos, e como promoveremos o desenvolvimento da autonomia? Libertando ou limitando?

Pois bem, confrontados com tais questões e, face à carência de respostas concretas e objectivas sobre o que terá falhado, ou melhor, o que estará a ser mal gerido no processo evolutivo das sociedades civilizadas, é nosso propósito partir para um estudo da problemática da autoridade nos contextos educativos, o qual permita aclarar e compreender as dificuldades sentidas na articulação dos valores democráticos, bem como as causas ou circunstâncias que têm motivado o emergir de uma crise sem precedentes, obrigando os

educadores, pais e professores, a questionar a autoridade ou mesmo ao seu abandono, sendo que, desse modo, se incorre no descuido da responsabilidade educativa.

Por conseguinte, propomo-nos investigar os contextos históricos em que se desenvolveram as relações de autoridade desde a Antiguidade Clássica até aos dias de hoje, para, posteriormente, determos a nossa atenção sobre os contextos actuais na intenção de identificarmos factores relevantes no que concerne à problemática do exercício da autoridade. Também é nosso propósito clarificar o conceito de autoridade, para que as respostas a obter sejam coerentes e nos impulsionem para o progresso e aperfeiçoamento das relações com a infância, e bem assim, permitam identificar as causas das contradições actuais. Com base na construção desta problemática, tencionamos partir para a procura de alternativas que libertem a educação dos problemas suscitados pela denunciada falta de autoridade.

Impõe-se, portanto, reequacionar os indicadores de crise, por forma a tornar possível a descoberta de novos elementos que possam contribuir concretamente para as respostas que procuramos, pretendendo desse modo repensar as práticas pedagógicas, e bem assim, a formação dos educadores/professores, numa perspectiva de adaptação às exigências de uma ética democrática, muito embora, tendo bem presente a complexidade da questão e, por conseguinte, a previsível dificuldade de encontrarmos respostas definitivamente conclusivas.

No sentido da concretização deste estudo, recorreremos à análise documental, efectuando uma revisão da literatura sobre a temática em questão, tornando possível a confrontação de diferentes perspectivas, de modo a confluir para o cruzamento das teorias e das práticas. Assim, iniciámos a investigação com a elaboração do *corpus* de análise através da recolha de bibliografia que será submetida a procedimentos analíticos, tendo como critério inicial de triagem a relação com o tema em estudo, bem como a pertinência face aos objectivos da investigação.

Relativamente à análise de documentos, é pertinente destacar o interesse de uma leitura crítica para que se possa extrair todo o conteúdo existente. Assim, com base numa análise interna, procuraremos interpretar devidamente o conteúdo da literatura em causa. Este tipo de análise apoia-se numa base racional, revestindo-se de um carácter mais ou menos subjectivo, sendo que, requer a aplicação intelectual como meio de retirar o máximo de informação relevante. Digamos, então, que recorreremos à prática da hermenêutica com

vista à interpretação e dissecação do objecto literário, de forma a retirarmos e compreendermos o seu significado, garantindo o máximo de rigor possível.

Com base na referida técnica interpretativa, numa primeira parte do estudo, que intitulamos «Perspectiva histórica: a autoridade nas relações pedagógicas», procedemos à realização de uma retrospectiva histórica da autoridade, não tencionando reescrever a história das relações entre educação e autoridade, mas, tão só, elaborar uma contextualização na intenção de captar a vertente evolutiva susceptível de nos ajudar a compreender a actualidade.

Por conseguinte, o primeiro capítulo - Da antiguidade ao século das luzes - será dedicado a um exercício de interpretação e entendimento da relação que os antigos estabeleceram com a infância, nomeadamente no que se refere às questões da autoridade, onde apuraremos que na época vigorava uma autoridade ativa e indiscutível, convertida num poder absoluto sobre a infância, apesar de também podermos constatar uma preocupação com as questões humanas, reflectida nos discursos filosóficos.

No segundo capítulo - De Rousseau à contemporaneidade - a nossa atenção incidirá sobre a forma como foram encaradas as ideias da modernidade, e bem assim, compreender de que forma influenciaram a questão da autoridade, especificamente no que se refere ao sector educativo. Daremos especial relevo às ideias rousseauianas que entendemos terem influenciado decisivamente os ideais da modernidade. Teremos assim oportunidade de perceber o modo como se foi decompondo a autoridade tradicional atendendo à emergência de novas atitudes e à reformulação de valores, dando especial atenção à nova representação da infância e à fundação do movimento Educação Nova, não descurando os posicionamentos críticos que entretanto foram surgindo.

Já na segunda parte, sob o título «Reconsideração pedagógica de uma questão actual», procuraremos, com um propósito indagador, identificar tão bem quanto possível a crise de que se fala, bem como as suas causas, por forma a criarmos um quadro de referência que nos permita avançar com hipóteses adequadas aos desafios que se nos apresentam, tendo sempre por base um leque bibliográfico actualizado e diversificado que nos permita confrontar as perspectivas em debate.

Nesta linha especuladora, passaremos ao desenvolvimento do terceiro capítulo desta dissertação - Problemas e desafios: a autoridade questionada – sendo que, a nossa atenção incidirá, entre outros aspectos, sobre a questão dos direitos da criança,

especialmente no que se refere ao documento de 1989, não deixando de registrar todo um conjunto de outros indicadores conducentes ao questionamento da autoridade, como sendo, o fim da tradição, o contexto democrático, o nivelamento das relações e a ideia de liberdade.

Inevitavelmente, despontam questões relativamente às práticas educativas e à forma como têm contribuído para o agravamento das questões em foco, pelo que, teceremos algumas considerações sobre as condições em que se desenvolvem os contextos de crise. Teremos, então, de investir num esclarecimento sobre o conceito de autoridade, questionando a sua decomposição e interpretando a sua relação com o poder. Dedicaremos um ponto deste capítulo às questões da indisciplina e do autoritarismo, nomeadamente no que toca à subversão dos interesses e bem estar da criança, sendo que, assinalaremos a relevância da disciplina participativa no âmbito de uma educação para a cidadania democrática, factor decisivo no que se refere ao exercício da autoridade educativa. Assim deteremos a nossa atenção sobre a configuração de crise que acaba por contrastar com a evolução concernente aos valores de igualdade e liberdade, estando também em causa o desempenho docente, nomeadamente no que se refere à competência para lidar com as dificuldades emergentes, e bem assim, cumprir com o dever de protecção e orientação relativamente à infância,

O questionamento da transcendência e do misticismo em que se baseou a autoridade, trouxe à superfície um lado violento e imperativo, denunciando a arbitrariedade dos sistemas autoritários, os quais, facilitam o exercício do poder. Mas, um poder autoritário, não é um poder com autoridade, ou seja, o autoritarismo é relativamente fácil de pôr em prática, mas é incompatível com os direitos humanos. Já a autoridade é respeitadora da pessoa do outro, é solícita e difícil de pôr em prática nos dias de hoje, dado que, de um modo geral, todos os sujeitos estão sensibilizados para as questões dos direitos e da democracia. Os educadores/professores vêem-se a braços com a dificuldade de gerir a relação educativa, promovendo práticas democráticas numa atitude solícita, pois que, esta atitude parece não resultar, sabendo-se que o educador/professor é, tendencialmente, cada vez menos autoritário, e os educandos, cada vez mais livres e independentes, tornando-se mal comportados e menos responsáveis. Então, como encontrar o caminho? Para trás, não. Para a frente, resulta mal. O que fazer? É esta a pergunta que todos os profissionais da

educação fazem, desmoralizados e desmotivados por não verem concretizados os objectivos da educação com sucesso.

Motivados pela inquietação que estas dúvidas trazem, no quarto capítulo - Educação e autoridade: à procura de novos caminhos - procuraremos definir um argumento sobre como ultrapassar as dificuldades sentidas, passando pela exposição e confronto de diferentes perspectivas, por forma a apontarmos as saídas mais viáveis. Após uma clarificação do conceito de autoridade, seremos remetidos para a necessidade de encontrarmos estratégias inovadoras que promovam o exercício da autoridade com estabilidade e sem atritos. Neste sentido, começaremos por aprofundar o aspecto da correlação autoridade/democracia, procurando apurar o que realmente é contraditório e determina a sua incompatibilidade. Não descuraremos a questão da responsabilidade educativa que é fundamental focar, e que nos remeterá para o desempenho do educador/professor, face ao protagonismo da infância.

Faremos ainda, uma anotação relativa ao carácter da natureza humana, cuja acepção nos parece influenciar as perspectivas em debate, e que, precisamente, nos impulsionará para as questões da proibição, dos limites e do castigo, estabelecendo-se uma estreita relação entre este aspecto e a construção da personalidade infantil. Entendemos também ser relevante dedicar um ponto deste capítulo à questão da educação para o direito, enquanto condição elementar para dotar a criança de competências na área da autonomia e responsabilização individual e colectiva. Aprofundaremos ligeiramente a questão dos poderes modernos e da sua fragilidade, sendo que, nos remetem sempre para uma autoridade institucional-legal, que procuraremos saber se de facto tem funcionado, e se poderá constituir solução para os nossos problemas.

Feita uma articulação entre os vários pontos observados, partiremos para a ideia de uma reconceptualização da autoridade, que enquadre o argumento e a negociação como princípio legitimador, ultrapassada a ideia de uma autoridade imperativa e indiscutível, confluindo, por conseguinte, para uma normatividade contratual que, no tocante ao sector educativo, terá subjacente a Convenção dos Direitos da Criança com as suas vertentes protectora e libertadora, sendo que, o educador/professor necessitará de saber como articular devidamente os dois aspectos, por forma a vislumbrarmos o reconhecimento de uma autoridade educativa. Antevemos a necessidade de admitirmos alguma flexibilidade

no tratamento desta questão, procurando analisar muito bem as perspectivas preconizadas, sendo que, conforme adverte Renaut:

(...) La perspective de recomposer l'autorité en la concevant « autrement » que jadis se heurte pourtant à deux difficultés. (...) D'une part, personne ne sait vraiment ce que pourrait être une autorité conçue et pratiquée autrement que de façon hiérarchique. D'autre part, nous sommes justement convaincus par nos propres valeurs que les hiérarchies anciennes, pour la plupart fondées sur des différences supposées naturelles et irréductibles, sont devenues obsolètes dans une culture où nous identifions l'autre, tout autre, comme un « semblable ». Conclusion prudent : tenons-nous-en à des énoncés programmatiques et donnons-nous ainsi une tâche ardue, mais claire pour les prochaines décennies.²

Tecidas estas considerações, resta-nos acrescentar que não é nossa pretensão reescrever a história das relações entre educação e autoridade, mas sim, elaborar uma contextualização, preparando a análise de uma problemática actual, motivo de inquietação e debate em todas as instâncias sociais, mormente na esfera educativa.

Tencionamos, por conseguinte, levar a efeito um estudo que se inscreve no registo da pesquisa teórica, na intenção de oferecermos um contributo relevante para um aperfeiçoamento das práticas educativas, que passará por uma revisão de filosofias, mentalidades e atitudes, constituindo um desafio no sentido de se fazer frente aos problemas suscitados pela decomposição da autoridade tradicional, perante a radicalização dos valores da igualdade e liberdade que a modernidade desencadeou.

Muitos dos pontos focados, pelo seu interesse pedagógico, ou pela pertinência evidente no sentido de mais nos aproximarmos de respostas conclusivas, mereceriam certamente um aprofundamento maior, ou mesmo um tratamento diferente, abrindo o âmbito da nossa investigação. Porém, constrangimentos de ordem regulamentar no que se refere à calendarização prevista para a conclusão deste estudo acabariam por condicionar o seu desenvolvimento. De qualquer forma, não é nosso propósito, partir de uma conceptualização teórica da temática e, por conseguinte, derivar num estudo empírico, apesar de admitirmos a relevância de uma tal abordagem numa observação mais específica.

² RENAUT, Alain (2004). *La fin de l'autorité*. Paris : Flammarion, p. 14.

Assim, a nossa intenção vai no sentido de oferecermos um contributo modesto mas pertinente, conscientes de que muitas questões ficam em aberto, sendo que, não temos a aspiração de encontrar a chave para resolver os problemas pedagógicos, mas apenas estudar possíveis vias para afrontar o problema.